

JOÃO ALVES DA CUNHA

MRAR

Movimento de Renovação da Arte Religiosa

Os anos de ouro da arquitetura religiosa
em Portugal no século XX

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

Índice

Agradecimentos	11
Acrónimos	12
Prefácio <i>Arquiteto João de Almeida</i>	13
Prefácio <i>Arquiteto Diogo Lino Pimentel</i>	15
Prefácio <i>Arquiteto José Manuel Fernandes</i>	17
Introdução	19
I. MRAR: história	25
1. Percurso	25
1.1. A caminho do MRAR [1947-1953]	25
Nuno Teotónio Pereira [1947-1951]	25
João de Almeida [1949-1952]	30
Exposição de Arquitectura Religiosa Contemporânea [1953]	33
1.2. Primeiros anos [1954-1960]	46
Em organização [1954-1956]	46
Afirmção [1957-1958]	72
Silêncio [1959-1960]	97
1.3. Segundo ciclo [1961-1969]	113
Recuperação [1961-1964]	113
Crise e reformulação [1965-1967]	196
Ocaso [1968-1969]	219
II. MRAR: arquitetura	221
2. Pensamento, relevância e permanência	221
2.1. Pensamento	221
2.2. Relevância	228
2.3. Permanência	234
Conclusão	242

Anexo – Sócios	248
1.1. Listas 1956 1965	248
1.2. Corpos gerentes	252
1.3. Dez arquitetos nucleares	254
António Freitas Leal [1927-]	254
João Correia Rebelo [1923-2006]	256
João de Almeida [1927-]	258
José Maya Santos [1928-2010]	260
Nuno Teotónio Pereira [1922-]	262
Diogo Lino Pimentel [1934-]	265
Formosinho Sanchez [1922-2004]	267
Nuno Portas [1934-]	269
Luiz Cunha [1933-]	272
Erich Corsépius [1929-2009]	276
1.4. Mais vinte sócios	278
António dos Reis Rodrigues [1918-2009]	278
Flório de Vasconcelos [1920-2005]	279
João Braula Reis [1927-1989]	280
Maria de José Mendonça [1905-1984]	280
Madalena Cabral [1922-2015]	282
António Lino [1914-1996]	283
Manuel Cargaleiro [1927-]	284
José Escada [1934-1980]	285
Maria Luísa Marinho Leite [1936]	286
Maria do Carmo Matos [1935-1989]	287
Avelino Rodrigues [1936-]	287
Albino Cleto [1935-2012]	288
Vitorino Nemésio [1901-1978]	289
Henrique de Noronha Galvão [1937-]	290
Rafaela Zúquete [1936-]	291
Francisco d'Orey [1931-]	292
Francisco Fernandes [1934-]	292
Elizabeth Évora Nunes [1939-]	293
António Flores Ribeiro [1934-]	293
Eduardo Nery [1938-2013]	294

1.5. Vinte depoimentos	294
António Freitas Leal [6.mar.2009; 11.mar.2009; 16.abr.2009]	294
João de Almeida [4.nov.2008]	296
Nuno Teotónio Pereira [4.fev.2009]	299
Diogo Pimentel [29.jan.2009; 29.abr.2010]	301
Nuno Portas [17.abr.2009]	304
Luiz Cunha [27.fev.2009; 12.mar.2009; 14.abr.2009]	305
Erich Corsépius [18.dez.2008]	309
Madalena Cabral [3.dez.2008]	310
Manuel Cargaleiro [5.mar.2009]	312
Maria Luísa Marinho Leite [21.nov.2009]	313
Avelino Rodrigues [12.fev.2009]	314
D. Albino Cleto [29.jul.2010]	314
P. Henrique Noronha Galvão [3.nov.2009]	316
Rafaela Zúquete [19.nov.2009]	318
Francisco d'Orey [16.out.2009]	319
Francisco Fernandes [4.set.2009]	319
Elisabeth Évora Nunes [13.jul.2009]	320
Eduardo Nery [21.mai.2010]	321
Fernando Micael Pereira [16.nov.2009]	322
Pedro Vieira de Almeida [23.jun.2010]	322
Bibliografia	324

Prefácio

As Origens do MRAR

Conheci o João Pedro Alves da Cunha em 2001 quando ainda jovem arquiteto entrou como estagiário no meu ateliê de arquitetura. Cedo se tornou um excelente colaborador e por lá ficou até 2008. Aproximou-nos o seu interesse pela história da arquitetura sacra em Portugal, já que sabia que eu fora nos anos 50 um dos fundadores do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR), tema por ele escolhido para a sua recente tese de doutoramento, agora publicada em livro, e que ao longo de anos foi objeto dum estudo exaustivo e muito aprofundado.

O Movimento surgiu na sequência duma exposição organizada por um grupo de jovens arquitetos, artistas e estudantes, muitos destes ligados à Juventude Universitária Católica. Teve lugar em Lisboa em 1953 e seguidamente no Porto. Foi uma exposição didática e documental, fotográfica, em que mostrávamos o que era então a prática da arte e da arquitetura sacra na Europa Central em contraste com o que por cá se fazia. Lá era a modernidade assumida, a rutura com os *pastiches* do passado, a renovação do receituário litúrgico a prenunciar o Concílio Vaticano II. Cá, na maior parte dos casos, era o oposto – haja em vista a Igreja do Santo Condestável, uma estrutura de betão revestida a neogótico.

Para a realização da exposição contribuiu em larga medida o material que eu tivera oportunidade de recolher na Alemanha, em França e sobretudo na Suíça, onde durante mais de dois anos estagiara com Hermann Baur, consagrado profissional na área da arquitetura sacra. Para ela contribuiu ainda alguma informação relevante por mim recolhida em Trier, onde vivi alguns meses em contacto com o Instituto Litúrgico Alemão, então na vanguarda da renovação das práticas rituais do catolicismo. Não menos significativa terá sido a aproximação aos padres dominicanos que dirigiam em Paris a prestigiada revista *L'Art Sacré*, também ela na vanguarda e na defesa intransigente duma modernidade sem cedências a estéticas passadistas: a eles se devera por exemplo o projeto da célebre Igreja de Ronchamp por Le Corbusier ou a encomenda da fachada da Igreja de Assy a Fernand Léger, entre muitas outras realizações de inequívoca modernidade. Lá vivi um ano em permanente contacto com eles, o que me proporcionou, sob a sua orientação, uma visão crítica do que no âmbito da arte sacra começava a afirmar-se na Europa. Tudo isto foi depois partilhado

no meu regresso a Lisboa com o grupo que viria a promover a exposição em 1953 e a criar mais tarde o MRAR.

A exposição, deliberadamente contestatária e apontando para novos caminhos, deu brado na altura, muito para além dos meios católicos. Numa sociedade culturalmente estagnada e reprimida, foi recebida não só como algo que punha em causa a prática da Igreja na esfera da arte e da arquitetura, mas também como uma crítica à estética oficial. Na arquitetura civil havia sido imposta uma linguagem neoclássica (exemplo toda a ala de edifícios da Avenida Sidónio Pais virada ao Parque Eduardo VII) e isto lamentavelmente poucos anos após a lufada de ar fresco que em certa medida fora a Exposição do Mundo Português. Na sua evolução política após o final da guerra, o regime endurecia e mostrava a sua face de rejeição da modernidade. Por isso a exposição foi uma surpresa e o seu impacto grande, com uma ampla e inesperada divulgação e um aplauso generalizado.

Os autores, aliás com o apoio da Igreja oficial, decidiram aproveitar esse impacto e as oportunidades por ele criadas e fundaram então o MRAR, desde o início dirigido por Nuno Teotónio Pereira e agregando numerosos membros e simpatizantes de diverso âmbito profissional: arquitetos, artistas, teólogos, museólogos, escritores (Vitorino Nemésio, inesquecível...). A designação de «movimento» expressa bem o desígnio dos seus fundadores: preparar e estruturar a mudança, criando as bases para uma renovação coerente e bem fundamentada da arquitetura e da arte sacras. Os encontros promovidos, frequentes, atraíam numerosos participantes: reviam-se conceitos, mostravam-se e discutiam-se trabalhos em curso, comparavam-se com exemplos estrangeiros, apoiava-se a inovação. Quantas vezes as propostas apresentadas sofriam alguma inflexão após essa discussão. A autoria era assim em certa medida partilhada, claro que sem que a criatividade e as características de cada um fosse prejudicada. Pelo contrário, elas eram reconhecidas e estimuladas. Se alguma coisa distinguiu o MRAR ao longo da sua existência, foi a recusa de vedetismos e a partilha das ideias e das soluções. Em Lisboa, dentro desse mesmo espírito, atento à qualidade dos projetos, aberto à sua discussão, o MRAR deixou como herança o Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado, desde o início dirigido com rigor pelo Arquiteto Diogo Lino Pimentel.

João de Almeida
Arquiteto

Setembro de 2015

Prefácio

Passados 50 anos, poucos recordarão o que tenha sido o «MRAR». No entanto, os resultados da sua intervenção estão ainda hoje presentes e reconhecíveis, mesmo quando passem despercebidos ou, pelo menos, não identificados como tal. Não que o MRAR tenha produzido arte sacra ou religiosa. Muitos dos seus membros sim. O MRAR estudou, discutiu e produziu crítica, pensamento e definição de critérios.

NÃO, SENHOR MINISTRO! Assim se intitulou um manifesto, do então jovem arquiteto João Rebelo contra um miniclone do Terreiro do Paço projetado para Ponta Delgada. O ateliê de João Rebelo era o mesmo de Teotónio Pereira, ambos civicamente intervenientes e ambos católicos militantes. Na arquitetura persistiam ainda muitos revivalismos a justificarem aquele manifesto. O mesmo se passava com a arquitetura das igrejas mas, em vez de um eventual *NÃO, SENHOR BISPO!* houve consciência de que cabia aos arquitetos, mais do que ao Bispo, promover a renovação que seria não só cultural, mas também pastoral e principalmente litúrgica. Foi assim a génese do MRAR.

A natureza, o alcance e a projeção do MRAR no tempo estavam por sistematizar, analisar e estudar. A tese de João Alves da Cunha veio colmatar essa falta. A sua publicação vem também motivar a avaliação do estado atual das artes na Igreja. A tese tornada livro interpela algum «adormecimento» pós-concílio, responsável por certa degradação dos termos plásticos, musicais e arquitetónicos em que se exprime a liturgia. Recordam-se assim modos de avaliação e de intervenção do MRAR em matéria de pastoral litúrgica. O exemplo colhe, desde que necessariamente olhado, adaptado e praticado à luz do tempo atual.

A publicação do relato analítico e crítico do tema-tese de João Alves da Cunha, para além do registo do tempo e dos modos que antecederam e acompanharam o Concílio Vaticano II, é um manifesto sobre a premente atualidade desse tema. A começar pela arquitetura, que exprime indisfarçavelmente a relação da Igreja com a cidade, a arte é a forma da expressão simbólica da liturgia. A sua decadência é pastoralmente grave, porque deturpa e esconde a mensagem litúrgica. Tal como o MRAR foi mobilizado pela generalizada resistência à afirmação da modernidade arquitetónica e daí se estendeu às muitas disciplinas artísticas que dão forma à liturgia, agora será tempo de mobilização

para que o «balanço» conciliar seja retomado e renovado nos campos da cultura, do serviço e do despojamento.

A transição do século trouxe-nos uma «arquitetura-espectáculo», por vezes empolgante, mas inadequada à expressão de uma igreja que se renova em verdade e simplicidade. O mesmo se diga das artes que, no mesmo período, evoluíram para o surpreendente, mais do que para o contemplável. E o *design*, tão usado pela e na igreja, especializou-se no comerciável, mais do que no respeitável. A música, nomeadamente o coro, foi-se desfolclorizando mas raramente foi além de rotina trivial.

João Alves da Cunha cita um pequeno trecho do catálogo da Exposição de Architectura Religiosa Contemporânea promovida pelo MRAR em 1953, em que justificava alguma contundência da sua apresentação por razões de «*mera anemia ambiente*». Neste nosso tempo (passados mais de 50 anos) o ambiente tornou-se indigente, por um lado, e luxuosamente corrosivo, por outro. No meio persiste alguma anemia e tanto basta para justificar o insistente apelo do Papa Bento XVI em Lisboa ao convocar um encontro com a cultura e os artistas. O mesmo apelo, em diferentes tom e forma, está implícito nas palavras de Francisco I, que se empenha na conversão da Igreja e dos seus sinais. A cultura da ostentação e do espetacular não é certamente compatível com a igreja pobre e servidora que nos propõe e para a qual convoca a nossa participação.

A par de escassas obras singulares de inegável mérito e qualidade, e de um reconhecível progresso do comportamento e da gestualidade rituais, a liturgia sofre de amputação plástica, por carência artística. Os artistas e criadores desinteressaram-se da Igreja e esta desinteressou-se dos artistas. A Igreja, liturgicamente exigente, esqueceu que a liturgia, para além de usar e cuidar a palavra, fala pelas artes visuais e musicais. É tempo de o recordar e de reencontrar as pessoas e os meios certos para o realizar.

A publicação do presente trabalho de João Alves da Cunha é um bom ponto de partida nesse sentido. A iniciativa da Universidade Católica alimenta a esperança de que aí venha a nascer, se não uma torrente renovadora, pelo menos um persistente riacho refrescante.

Diogo Lino Pimentel
Arquiteto

Junho de 2015

Prefácio

A tese para dissertação de doutoramento que o arquitecto João Alves da Cunha apresentou recentemente, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, consagra em termos científicos – e de forma brilhante – o reconhecimento do MRAR/Movimento de Renovação da Arte Religiosa como um instrumento que historicamente, nos anos de 1950 e de 1960, soube introduzir a plena modernidade nas artes e na arquitectura do campo religioso em Portugal.

Como o autor bem estudou, de modo aprofundado e sistemático, utilizando longamente as fontes certas, entre o acervo documental, as entrevistas aos «actores» intervenientes e a visita e conhecimento das obras realizadas na arquitectura, houve no MRAR – ou melhor, o MRAR constituiu – um extenso, participado e testemunhado processo de génese (com a divulgação das ideias modernas por via de exposições e intervenções públicas), de afirmação (pela organização própria e a atuação criativa dos seus membros) e de crise e fase final (pois que entendidos como atingidos os seus objetivos fulcrais). É esta fascinante, rica e atribulada sequência de factos e obras, ocorridos no «momento crítico» do Portugal dos meados do século xx, que o autor analisa, descreve e mostra nesta obra.

Tive o prazer e a honra de co-orientar a referida tese, no âmbito da Faculdade onde sou professor, em conjunto com o arquiteto Nuno Teotónio Pereira, convidado como especialista do tema; e também o gosto de integrar o júri do consequente doutoramento, onde pontificou adequada e magistralmente o arquiteto Nuno Portas. São duas personalidades, vivas e ativas, que, para além de várias outras notáveis, foram motores e/ou agentes e pensadores do «processo de afirmação e ocaso» do MRAR (para usar algumas palavras da tese).

Que a presente publicação, da parte nuclear deste estudo da “saga do MRAR”, seja modo de afirmação e testemunho consolidado – porque analisado, ponderado e reflectido – do valor das acções, hoje com dimensão heróico-históricas,

realizadas no âmbito do que foi um original e corajoso movimento cultural e artístico no nosso país.

José Manuel Fernandes

*Professor Catedrático em História da Arquitetura
na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa*

Setembro de 2015